

ÍNDICE GERAL

Capítulo 1 – Introdução ao Direito de Família	1
1.1. O Direito de Família e o Código Civil.....	1
1.2. A descodificação do Direito de Família.....	3
1.3. A organização jurídica da família.....	4
1.4. A diversidade familiar.....	6
1.4.1. A família matrimonial	8
1.4.2. A família informal	9
1.4.3. A família monoparental.....	10
1.4.4. A família anaparental	10
1.4.5. A família reconstituída.....	11
1.4.5.1. O apelido da família do padrasto ou da madrasta (Lei n. 11.924/2009).....	14
1.4.6. A família paralela	15
1.4.6.1. O olhar discordante	23
1.4.6.2. A união poliafetiva	28
1.4.7. A família natural.....	32
1.4.7.1. A família extensa ou ampliada.....	32
1.4.7.2. A família substituta.....	32
1.4.8. A família eudemonista.....	32
1.4.9. A família homoafetiva.....	33
1.4.10. A família multiespécie.....	37
Capítulo 2 – Noção de Família	41
2.1. Conceito de família.....	41
2.2. Entidade familiar e proteção do Estado	42
2.3. A disseminação da família monoparental.....	43
2.4. A disseminação da família reconstituída	44
2.5. Noção de Direito de Família.....	46
2.6. Conteúdo do Direito de Família	47
2.7. Evolução do Direito de Família.....	48
2.8. A dessacralização da família	49
2.9. A despatrimonialização do Direito de Família.....	50
Capítulo 3 – Direitos Fundamentais e Princípios de Direito de Família.....	53
3.1. Direitos fundamentais.....	53
3.2. A eficácia dos direitos fundamentais	55
3.3. Princípio da dignidade humana no Direito de Família	55
3.4. O princípio da igualdade	57
3.4.1. Igualdade e minorias	60
3.4.2. Igualdade e grupos vulneráveis	61

3.4.3.	Igualdade e isonomia constitucional.....	62
3.4.4.	Igualdade e crianças vulneráveis.....	64
3.4.5.	Igualdade e pessoas idosas vulneráveis.....	66
3.4.6.	Igualdade e mulheres vulneráveis.....	66
3.4.7.	A tutela judicial dos vulneráveis.....	68
3.4.8.	Igualdade e independência.....	68
3.4.9.	Igualdade e violência invisível.....	69
3.4.10.	Igualdade e idade.....	71
3.4.11.	A terceira idade e o regime de bens.....	73
3.4.12.	A experiência doutrinária e jurisprudencial.....	80
3.4.13.	A pessoa idosa e a alteração do regime de bens.....	84
3.4.14.	Vigência da Súmula n. 377 do STF.....	87
3.4.15.	A pessoa idosa e os alimentos.....	91
3.4.16.	A solidariedade alimentar da pessoa idosa.....	93
3.4.17.	A pessoa idosa como devedora de alimentos.....	95
3.4.18.	A pessoa idosa e a efetividade das decisões judiciais.....	97
3.4.19.	Efetividade e prisão da pessoa idosa por dívida alimentar.....	99
3.5.	Princípio da autonomia privada.....	102
3.6.	Princípio da liberdade.....	103
3.7.	Princípio da solidariedade familiar.....	104
3.8.	Princípio da monogamia.....	105
3.8.1.	Impedimento do casamento para a constituição da união estável.....	107
3.8.2.	A fidelidade.....	108
3.9.	Princípio da diversidade familiar.....	109
3.10.	Princípio da afetividade.....	110
3.11.	Princípio da igualdade da filiação.....	110
3.12.	Princípio da proteção da prole.....	111
3.13.	Princípio da proteção da pessoa idosa.....	112
3.14.	Princípio da proteção do jovem.....	112
3.15.	Princípio da proteção da pessoa com deficiência.....	113
Capítulo 4 – Do Direito Pessoal – Do Casamento.....		115
4.1.	Definição.....	115
4.2.	Da plena comunhão de vida.....	116
4.3.	Da gratuidade do casamento civil.....	119
4.4.	Casamento religioso com efeito civil.....	119
4.5.	Capacidade para o casamento.....	121
4.5.1.	Suprimento judicial de consentimento.....	124
4.6.	Dos impedimentos matrimoniais.....	125
4.7.	Das causas suspensivas.....	129
4.7.1.	A Súmula n. 377 do STF.....	138
4.7.2.	Revogação da Súmula n. 377 do STF.....	141
4.7.3.	O efetivo prejuízo.....	142
4.7.4.	Legitimidade ativa.....	143
4.8.	A habilitação para o casamento.....	143
4.8.1.	Presunção de morte.....	146
4.8.2.	Dispensa de proclamas.....	147
4.9.	Da celebração do casamento.....	148
4.9.1.	Consentimento.....	149
4.9.2.	O casamento em caso de moléstia grave e em iminente risco de vida.....	150

4.9.3.	Casamento por procuração.....	150
4.10.	Das provas do casamento.....	152
4.10.1.	<i>In dubio pro matrimonio</i>	153
4.10.2.	Casamento celebrado fora do Brasil.....	153
4.11.	Da invalidade do casamento.....	153
4.11.1.	Casamento inexistente.....	154
4.11.2.	Casamento nulo.....	155
4.11.2.1.	A Lei n. 13.811/2019.....	156
4.11.2.2.	Maturidade conjugal.....	158
4.11.2.3.	O consentimento assistido.....	159
4.11.2.4.	O casamento proibido.....	159
4.11.2.5.	Nulidade ou anulação.....	160
4.11.2.6.	Casamentos de conveniência.....	161
4.11.2.7.	A nulidade e a Lei n. 13.811/2019.....	161
4.11.3.	O casamento anulável.....	167
4.11.3.1.	Das causas de anulação.....	168
4.11.3.2.	Identidade, honra e boa fama.....	171
4.11.3.3.	Ignorância de crime anterior ao casamento.....	174
4.11.3.4.	Ignorância de defeito físico irremediável ou de moléstia grave.....	175
4.11.3.5.	Ignorância de doença mental grave.....	177
4.11.3.6.	Coação.....	177
4.12.	Prazos para a anulação do casamento.....	179
4.13.	Do casamento putativo.....	179
4.13.1.	Pressupostos da putatividade.....	181
4.13.2.	Efeitos da putatividade.....	182
4.13.3.	Efeitos em relação a terceiros.....	183
4.14.	A separação de corpos na invalidade do casamento.....	183
4.14.1.	A tutela antecipada da separação de corpos.....	188
4.14.2.	A separação de corpos da Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.....	189
4.14.3.	Da cumulação dos pedidos.....	191
4.14.4.	A nova separação de corpos.....	192
4.14.5.	A conveniência na determinação da dignidade humana.....	194
4.14.6.	A separação de corpos consensual.....	196
4.14.7.	A separação de corpos para afastamento do requerente.....	197
4.14.8.	A separação de fato.....	198
Capítulo 5 – Da Eficácia do Casamento.....		201
5.1.	Da eficácia do casamento.....	201
5.2.	Isonomia e patronímico.....	203
5.3.	Planejamento familiar.....	207
5.3.1.	Licença-maternidade (Lei n. 11.770/2008).....	209
5.4.	Deveres dos cônjuges.....	209
5.5.	Violação dos deveres conjugais.....	211
5.6.	Dever de fidelidade recíproca.....	212
5.7.	Infidelidade virtual.....	213
5.8.	A separação de fato e o dever de fidelidade.....	214
5.9.	Vida em comum no domicílio conjugal.....	216
5.10.	Ruptura do dever de coabitação.....	217
5.11.	Dever de mútua assistência.....	218
5.12.	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos.....	219

5.13.	Dever de respeito e consideração mútuos.....	222
5.14.	As relações dos cônjuges no Direito Empresarial.....	223
5.15.	A direção da sociedade conjugal.....	228
5.16.	Contribuição conjunta das despesas do lar.....	228
5.17.	Domicílio conjugal.....	229
Capítulo 6 – Da Dissolução da Sociedade Conjugal.....		231
6.1.	Do sistema dual de dissolução.....	231
6.1.1.	O divórcio e a Emenda Constitucional n. 66/2010.....	233
6.1.1.1.	O divórcio em colisão com a separação judicial ou extrajudicial.....	242
6.1.1.2.	O divórcio da Emenda Constitucional n. 66/2010 e os deveres do casamento.....	245
6.2.	O fim da sociedade conjugal.....	245
6.3.	Morte real e morte presumida.....	246
6.4.	O retorno do ausente.....	248
6.5.	Dissolução pela nulidade ou anulação do casamento.....	250
6.6.	A dissolução da sociedade conjugal.....	250
6.7.	Da separação amigável.....	253
6.8.	Cláusulas separatórias.....	255
6.9.	Requisitos da separação amigável.....	259
6.10.	Renúncia à meação.....	260
6.11.	A promessa de doação.....	267
6.12.	Débitos fiscais e partilha unilateral de bens.....	270
6.13.	Da ratificação judicial.....	275
6.14.	Exceção à ratificação.....	277
6.15.	A ratificação na Lei n. 11.441/2007 e no CPC.....	278
6.16.	A retratação unilateral.....	279
6.17.	A separação causal.....	281
6.18.	Causas genéricas.....	289
6.19.	A separação litigiosa.....	290
6.20.	Separação judicial por causas objetivas.....	291
6.21.	Culpa e insuportabilidade da vida conjugal.....	294
6.22.	Direitos e deveres pessoais dos cônjuges na separação judicial.....	296
6.22.1.	Fidelidade recíproca.....	296
6.22.2.	Coabitação no domicílio conjugal.....	299
6.23.	Separação de corpos no divórcio.....	300
6.23.1.	Separação de corpos judicial e a Lei Maria da Penha.....	301
6.23.2.	Objetivo da Lei Maria da Penha.....	302
6.23.3.	Das medidas protetivas de urgência.....	302
6.23.4.	Da separação de corpos e a violência doméstica.....	304
6.23.5.	Caducidade da medida.....	306
6.24.	Mútua assistência.....	306
6.25.	Sustento, guarda e educação dos filhos.....	307
6.26.	Respeito e consideração mútuos.....	309
6.27.	Insuportabilidade da comunhão de vida.....	309
6.27.1.	Causas caracterizadoras da impossibilidade de coabitação.....	310
6.27.1.1.	O adultério.....	311
6.27.1.2.	Tentativa de morte.....	311
6.27.1.3.	Sevícia ou injúria grave.....	312
6.27.1.4.	Abandono voluntário do lar conjugal durante um ano contínuo....	313

6.27.1.5.	Abandono malicioso	315
6.28.	Condenação por crime infamante.....	315
6.29.	Conduta desonrosa	316
6.30.	As provas ilícitas no Direito de Família.....	317
6.30.1.	A formação da convicção pela prova	317
6.30.2.	Princípios da prova.....	318
6.30.3.	Provas típicas e atípicas.....	319
6.30.4.	Prova ilícita e prova ilegítima.....	320
6.30.5.	Provas ilícitas.....	321
6.30.6.	A utilização das provas ilícitas no Direito de Família.....	322
6.30.7.	Princípio da proporcionalidade	326
6.31.	Separação pela ausência de comunhão de vida.....	329
6.32.	A causa genérica	330
6.33.	Separação objetiva.....	332
6.34.	Ruptura da vida em comum.....	332
6.35.	Grave doença mental	334
6.35.1.	Reversão dos bens conjugais.....	336
6.35.2.	A reversão tão somente no regime da comunhão universal.....	337
6.35.3.	Separação promovida por cônjuge incapaz.....	338
6.36.	A separação administrativa	338
6.36.1.	A separação extrajudicial da Lei n. 11.441/2007 e do CPC.....	341
6.36.2.	Opção ou imposição.....	343
6.36.3.	Divórcio extrajudicial estando a esposa grávida, ou existindo filhos menores ou maiores e incapazes	344
6.36.4.	Reconciliação	345
6.36.5.	Audiência de ratificação.....	346
6.36.6.	Separação e divórcio por procurador.....	350
6.36.7.	Cláusulas obrigatórias.....	351
6.36.7.1.	Cláusula sobre a partilha.....	352
6.36.7.2.	Cláusula sobre alimentos.....	353
6.36.8.	Recusa na escrituração	354
6.36.9.	Ausência de homologação e separação ou divórcio consular	355
6.36.10.	Intervenção do Ministério Público	356
6.36.11.	Execução das cláusulas	357
6.36.12.	Desconto da pensão em folha.....	357
6.36.13.	Anulação da escritura.....	358
6.36.14.	A separação de corpos extrajudicial.....	358
6.37.	Efeitos da dissolução da sociedade conjugal	359
6.37.1.	Efeitos pessoais com relação aos cônjuges.....	359
6.37.2.	Retorno ao apelido de solteiro	360
6.37.3.	Impossibilidade de contrair novo casamento.....	361
6.37.4.	Efeitos com relação aos filhos	362
6.37.5.	Guarda dos filhos	363
6.37.6.	A guarda compartilhada	365
6.37.7.	Convivência com os filhos	366
6.38.	Efeitos materiais: alimentos entre cônjuges	368
6.38.1.	Alimentos dos filhos	369
6.38.2.	Partilha dos bens	370
6.38.3.	Prazo de decadência da separação e do divórcio extrajudicial.....	376
6.38.4.	Cobrança de aluguéis	377

Capítulo 7 – O Dano Moral no Direito de Família	383
7.1. O dano moral no Direito de Família.....	383
7.2. O dano moral no âmbito das relações afetivas	385
7.3. O Código Civil e o dano moral no Direito de Família.....	387
7.4. Dos argumentos que refutam a exclusão do dano moral no Direito de Família.....	389
7.5. Os alimentos como forma de indenização	390
7.6. Da cumulação do divórcio judicial litigioso com dano moral	392
7.7. Os desdobramentos do dano moral no Direito de Família.....	396
7.7.1. A doutrina amplamente permissiva	397
7.7.2. A doutrina restritiva do dano moral.....	399
7.7.3. Crítica à gradação do dano moral.....	402
7.7.4. Doutrina contrária ao dano moral no Direito de Família.....	403
7.8. Críticas ao dano moral.....	408
7.9. O reconhecimento do estado de filiação	410
7.10. O dano moral na investigação de paternidade.....	415
7.10.1. O dano moral na desconstituição da paternidade.....	420
7.10.2. O dever da mãe.....	422
7.10.3. O dever de <i>velar</i> e o dano moral pelo abandono físico e psíquico do filho.....	425
Capítulo 8 – Divórcio	437
8.1. O divórcio.....	437
8.2. O divórcio direto.....	441
8.3. O divórcio e a partilha de bens.....	444
8.4. A representação do cônjuge incapaz no divórcio	446
8.5. Divórcio consensual-judicial e o divórcio <i>post mortem</i>	446
8.6. Divórcio litigioso-judicial	449
8.6.1. A contestação no divórcio judicial.....	451
8.7. O revogado divórcio por conversão da separação judicial	454
8.8. Divórcio judicial por conversão consensual.....	457
8.9. Divórcio judicial por conversão do litigioso.....	458
8.10. O divórcio extrajudicial da Lei n. 11.441/2007 e do CPC.....	460
8.11. O divórcio extrajudicial por conversão	462
8.12. A revogada exigência da prova da separação de fato por mínimos dois anos.....	463
8.13. O divórcio impositivo	463
8.14. Efeitos do divórcio.....	464
8.15. A partilha de bens.....	465
8.16. Da presença dos cônjuges no divórcio extrajudicial	467
8.17. O patronímico de casado no divórcio	469
8.18. Pluralidade de divórcios.....	473
8.19. O divórcio no direito internacional privado.....	474
Capítulo 9 – Da Proteção da Pessoa dos Filhos	479
9.1. Da proteção da pessoa dos filhos.....	479
9.2. Conceito de guarda	483
9.3. A guarda na separação de fato e no divórcio judicial	490
9.4. Guarda compartilhada	491
9.4.1. A guarda compartilhada deveria pressupor consenso?.....	501
9.4.2. Imposição judicial da guarda compartilhada	507
9.4.3. Tempo de convívio equilibrado	512
9.4.4. Plano de parentalidade	513

9.4.5.	Alimentos na guarda física compartilhada.....	516
9.4.6.	A polêmica guarda compartilhada de animais de estimação.....	518
9.5.	Direito e dever de convivência.....	522
9.6.	A multa no direito e dever de convivência – <i>astreintes</i>	528
9.7.	O direito de visitas dos avós.....	530
9.7.1.	Um caso paradigma.....	532
9.8.	A Alienação Parental (AP).....	534
9.9.	As falsas memórias.....	542
Capítulo 10	– Das Relações de Parentesco.....	545
10.1.	As relações familiares e o parentesco.....	545
10.2.	Os achegados.....	547
10.3.	Direito Romano.....	555
10.4.	Desenlaces parentais.....	556
10.5.	Espécies de família e relações atuais.....	557
10.6.	Conceito de relações de parentesco.....	559
10.7.	Parentesco até o quarto grau.....	561
10.8.	Parentesco.....	563
10.8.1.	Contagem de graus.....	563
10.8.2.	Linhas de parentesco.....	564
10.8.3.	Tronco.....	565
10.8.4.	Parentesco por afinidade.....	565
10.8.5.	Árvore genealógica.....	566
10.9.	A multiparentalidade.....	566
Capítulo 11	– Da Filiação.....	575
11.1.	A filiação.....	575
11.2.	Filiação socioafetiva.....	577
11.3.	A desconstituição judicial da filiação socioafetiva.....	584
11.4.	O equívoco da desconstituição filial para fins sucessórios.....	590
11.4.1.	Os filhos e a construção do patrimônio familiar.....	596
11.4.2.	Filhos do ECA em confronto com os filhos da adoção à brasileira.....	598
11.4.3.	O direito ao conhecimento das origens genéticas.....	599
11.4.4.	Decadência da rejeição.....	604
11.4.5.	Vedação do registro de filho morto para fins patrimoniais.....	607
11.4.6.	O parto anônimo.....	612
11.5.	Investigação de paternidade movida pelos netos.....	614
11.6.	Da possibilidade jurídica.....	615
11.7.	O posicionamento do STJ.....	617
11.8.	Determinação da maternidade.....	619
11.9.	A presunção de paternidade.....	622
11.10.	A presunção <i>pater is est</i>	623
11.11.	A filiação por presunção na fecundação assistida.....	626
11.12.	A reprodução assistida no Código Civil.....	627
11.13.	A inseminação artificial.....	628
11.14.	A inseminação artificial homóloga.....	629
11.15.	A proteção jurídica do nascituro.....	632
11.16.	Embriões excedentários.....	632
11.17.	A inseminação artificial heteróloga.....	634
11.18.	A fertilização ou fecundação <i>in vitro</i> (FIV).....	637

11.18.1.	A transferência de gametas para as trompas (GIFT).....	637
11.18.2.	A transferência de zigoto para as trompas (ZIFT).....	637
11.18.3.	A mãe de substituição.....	638
11.19.	A impugnação da paternidade.....	643
11.19.1.	O perigo da sacralização do DNA.....	644
11.20.	Negativa de paternidade.....	645
11.21.	A imprescritível impugnação da paternidade.....	651
11.22.	Prova da filiação.....	654
11.23.	Princípio de prova e intimação pessoal para exame de DNA.....	654
11.24.	A prova judicial da impugnação da paternidade.....	659
11.25.	A presunção de paternidade pela recusa.....	661
11.25.1.	A recusa diante do Código Civil.....	663
11.25.2.	As perícias em DNA no Brasil.....	665
11.25.3.	A presunção legal no Código Civil.....	667
11.25.4.	A presunção e a perícia médica de DNA.....	669
11.25.5.	A presunção pela recusa.....	671
11.25.6.	A recusa do filho, da mãe e de outros parentes ao exame em DNA.....	673
11.26.	Elisão da paternidade pelo revogado adultério.....	677
11.27.	Reconhecimento da paternidade.....	679
11.28.	O reconhecimento voluntário.....	681
11.28.1.	Outras formas de reconhecimento voluntário da paternidade.....	683
11.28.2.	Reconhecimento no registro do nascimento.....	683
11.28.3.	Por escritura pública ou escrito particular.....	684
11.28.4.	Reconhecimento por testamento.....	686
11.28.5.	Reconhecimento por manifestação direta e expressa perante o juiz.....	687
11.28.6.	Reconhecimento voluntário do artigo 2º da Lei n. 8.560/1992.....	688
11.29.	Reconhecimento de filho maior e de filho menor.....	689
11.30.	Ação anulatória de reconhecimento.....	689
11.31.	Reconhecimento judicial da paternidade.....	691
11.31.1.	Breve digressão histórica.....	692
11.31.2.	A equiparação dos filhos.....	693
11.31.3.	A investigação judicial da paternidade ou da maternidade.....	694
11.31.4.	Concubinato, união estável e presunção de paternidade.....	696
11.31.5.	Rapto e sua coincidência com as relações sexuais.....	697
11.31.6.	Escritos.....	698
11.31.7.	Legitimidade ativa.....	698
11.31.8.	Legitimidade passiva.....	700
11.31.9.	Conteúdo da defesa do investigado.....	700
11.31.9.1.	A negativa genérica.....	702
11.31.9.2.	A <i>exceptio plurium concubentium</i>	702
11.31.9.3.	Impossibilidade física do congresso sexual.....	704
11.31.9.4.	Não coincidência das relações sexuais.....	705
11.31.10.	Meios de prova.....	705
11.31.10.1.	A prova documental.....	706
11.31.10.2.	A prova testemunhal.....	707
11.31.10.3.	As provas científicas.....	708
11.31.10.4.	Provas hematológicas.....	709
11.31.10.5.	O sistema HLA.....	710
11.31.10.6.	Perícia em DNA.....	710

11.31.10.6.1. A perícia em DNA se basta?	712
11.31.11. A recusa ao exame pericial.....	715
11.31.12. Efeitos da Súmula n. 301 do STJ.....	719
11.32. Efeitos da sentença.....	721
11.32.1. Dos alimentos na investigatória.....	722
11.33. A coisa julgada na investigação de paternidade	724
Capítulo 12 – Da Adoção.....	729
12.1. Conceito de adoção	729
12.2. Considerações gerais	731
12.3. Natureza jurídica	732
12.4. Referências históricas.....	732
12.5. A adoção e o Código Civil.....	734
12.6. A Lei Nacional da Adoção.....	735
12.6.1. Princípio da prevalência em família.....	736
12.6.2. Do acolhimento familiar e institucional.....	737
12.6.3. Da família natural.....	738
12.6.4. A família extensa.....	738
12.6.5. Destituição do poder familiar	739
12.6.6. Colocação em família substituta.....	740
12.6.6.1. Cadastro de adoção.....	742
12.6.6.2. Direito à identidade genética	743
12.7. Requisitos para a adoção: idade.....	744
12.7.1. Diferença de idade.....	746
12.7.2. Adoção por casais	747
12.7.3. Consentimento do cônjuge.....	748
12.8. Adoção por avós	750
12.9. Adoção por irmãos do adotando.....	753
12.10. Consentimento dos pais, do representante e do adotando	754
12.11. Adoção do filho do outro por um dos cônjuges ou companheiros.....	755
12.12. Adoção por tutor ou curador.....	756
12.13. Adoção <i>intuitu personae</i>	757
12.14. Adoção por divorciados	760
12.15. Adoção póstuma	761
12.16. Adoção por estrangeiro.....	762
12.17. Adoção de nascituro.....	766
12.17.1. Personalidade jurídica do nascituro.....	768
12.18. Adoção à brasileira	769
12.19. Adoção de embriões.....	771
12.20. A adoção por homoafetivos.....	773
12.21. Efeitos pessoais da adoção	779
12.21.1. Nome	780
12.21.2. A adoção e o poder familiar	780
12.21.3. Efeitos patrimoniais da adoção.....	781
12.21.3.1. Alimentos	781
12.21.3.2. Direito sucessório.....	782
12.21.4. Irrevogabilidade da adoção	782
12.22. O apadrinhamento	784

Capítulo 13 – Do Poder Familiar.....	787
13.1. Breve noção histórica.....	787
13.2. Função.....	788
13.3. Natureza jurídica	790
13.4. Titularidade do poder familiar.....	791
13.5. Conteúdo do poder familiar.....	793
13.5.1. A representação dos filhos.....	796
13.5.2. Retenção indevida de filho	798
13.5.3. Poder familiar e trabalho	799
13.5.4. Do usufruto dos bens dos filhos	801
13.5.5. Da administração dos bens dos filhos	802
13.6. Extinção do poder familiar.....	805
13.7. A suspensão do poder familiar.....	808
Capítulo 14 – Do Direito Patrimonial	813
14.1. Do regime de bens e sua natureza jurídica	813
14.2. Princípios gerais	815
14.3. Classificação dos regimes de bens.....	819
14.4. O pacto antenupcial	821
14.5. Alteração do regime de bens	829
14.6. Temor de fraude na mudança do regime de bens	834
14.7. A práxis da separação de fachada	837
14.7.1. A retroatividade restritiva do contrato de convivência.....	839
14.7.2. O direito adquirido e a retroatividade da alteração	845
14.8. Do regime obrigatório da separação de bens.....	850
14.9. Da administração dos bens e dos bens reservados.....	855
14.10. Da reivindicação dos bens comuns.....	857
14.11. Do regime legal de bens	858
14.11.1. Bens de caráter próprio.....	859
14.11.2. Bens de caráter comum.....	861
14.12. Regime da comunhão parcial.....	861
14.12.1. Fundos privados de pensão.....	876
14.12.2. Bens que ingressam na comunhão parcial.....	882
14.12.2.1. A título oneroso	882
14.12.2.2. Por fato eventual.....	884
14.12.2.3. Doação, herança ou legado.....	886
14.12.2.4. Benfeitorias e acessões e incremento patrimonial societário.....	886
14.12.2.4.1. Valorização das quotas sociais ou ações de uma empresa	889
14.12.2.5. Frutos civis e naturais	897
14.12.2.6. O fundo de comércio como fruto civil.....	899
14.12.2.6.1. A clientela dos profissionais liberais e as sociedades simples	900
14.12.2.6.2. O aviamento da clientela dos profissionais liberais.....	903
14.12.2.7. Bens cuja aquisição tem causa anterior ao casamento	904
14.12.2.8. Partilha de quotas	907
14.12.2.9. Partilha de quotas no juízo cível e não de família.....	911
14.12.2.10. Dívidas dos cônjuges.....	915
14.12.2.11. Presunção de comunhão dos bens móveis (CC, art. 1.662).....	918

14.13.	Do regime de comunhão universal	921
14.13.1.	Bens excluídos da comunhão universal	923
14.13.1.1.	Bens doados ou herdados com incomunicabilidade	923
14.13.1.2.	Bens gravados de fideicomisso	925
14.13.1.3.	Dívidas anteriores ao casamento	925
14.13.1.4.	Doações antenupciais	926
14.13.1.5.	Os bens dos incisos V a VII do art. 1.659 do CC	927
14.13.2.	Comunicação dos frutos e administração dos bens	930
14.13.3.	Extinção da responsabilidade e do regime de bens	934
14.14.	Do regime de participação final nos aquestos	937
14.14.1.	Na Costa Rica	940
14.14.2.	Na Alemanha	941
14.14.3.	Na França	943
14.14.4.	Na Espanha	943
14.14.5.	No Brasil	945
14.14.6.	Características do regime de participação final nos aquestos	947
14.14.7.	Aquisição onerosa	951
14.14.8.	Separação e termo inicial de partição dos aquestos	952
14.14.9.	Má administração	952
14.14.10.	Risco de fraude na divisão dos bens conjugais	953
14.14.11.	A ideia da liquidação antecipada	954
14.14.12.	Medidas cautelares no regime de participação final nos aquestos	955
14.14.13.	Regime de compensações	955
14.14.14.	Dívidas pessoais	956
14.14.15.	Irrenunciabilidade do direito à meação	956
14.14.16.	Regras de liquidação	957
14.14.17.	Disposição hereditária	958
14.15.	Do regime da separação de bens	958
14.16.	Mantença da família	961
14.16.1.	Compensação econômica (alimentos compensatórios)	961
14.16.2.	Compensação patrimonial na partilha	962
14.17.	A separação obrigatória de bens	969
14.18.	A separação convencional de bens	970
14.19.	Os bens adquiridos durante a separação de fato	971
14.20.	Da fraude na partilha	974
14.20.1.	O lastro matrimonial	975
14.20.2.	A presunção de comunidade	975
14.20.3.	A separação e seu efeito na partilha	976
14.20.4.	A autonomia privada	976
14.20.5.	A fraude	977
14.20.6.	A fraude societária	978
14.20.7.	A fraude pela mudança do tipo social	981
14.20.8.	A fraude pela interposta pessoa física	983
14.20.9.	A boa-fé	984
14.20.10.	A fraude no casamento do Código Civil	986
14.20.11.	A fraude nos regimes de bens	987
14.20.12.	A fraude na união estável	988
14.20.13.	A outorga do convivente	989
14.20.14.	A indenização pela inoponibilidade	992

14.20.15.	Uma solução argentina.....	992
14.20.16.	A fraude pela formação de dívidas.....	993
14.20.17.	A prova da fraude e da simulação.....	994
14.20.18.	A anulação da partilha e decadência.....	997
14.21.	Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores.....	999
14.21.1.	Bens excluídos do usufruto.....	1000
14.22.	Da usucapião familiar pelo abandono do lar.....	1002
Capítulo 15 – Dos Alimentos.....		1007
15.1.	Conceito.....	1007
15.2.	Espécies de alimentos.....	1008
15.2.1.	Quanto à sua natureza.....	1009
15.2.2.	Quanto à causa jurídica.....	1012
15.2.3.	Quanto à finalidade.....	1014
15.2.3.1.	Alimentos provisórios.....	1014
15.2.3.2.	Alimentos em tutela provisória.....	1016
15.2.3.3.	Alimentos da tutela antecipada.....	1017
15.2.3.4.	A fungibilidade do parágrafo único do artigo 305 do CPC.....	1018
15.2.3.5.	Pressupostos para a concessão da tutela antecipada.....	1019
15.2.3.6.	Tempo de duração da tutela antecipada.....	1020
15.2.3.7.	Da consagração da tutela antecipada para provimento alimentar.....	1021
15.2.4.	Quanto ao momento em que são reclamados.....	1022
15.2.4.1.	Alimentos pretéritos e futuros.....	1022
15.3.	Características da obrigação alimentar.....	1024
15.3.1.	Direito personalíssimo.....	1024
15.3.2.	Transmissibilidade.....	1025
15.3.3.	Divisibilidade.....	1030
15.3.3.1.	Litisconsórcio na ação de alimentos.....	1031
15.3.3.2.	Da solidariedade nos alimentos do idoso.....	1036
15.3.3.2.1.	O título executivo extrajudicial dos alimentos do idoso.....	1037
15.3.4.	Condicionabilidade.....	1038
15.3.5.	Reciprocidade.....	1040
15.3.6.	Alternatividade.....	1041
15.3.7.	Imprescritibilidade.....	1042
15.3.8.	Irrepetibilidade.....	1044
15.3.9.	Incompensabilidade.....	1047
15.3.10.	Irrenunciabilidade.....	1052
15.3.10.1.	A validade histórica da renúncia alimentar.....	1053
15.3.10.2.	Renúncia expressa.....	1055
15.3.10.3.	A disponibilidade alimentar no vigente Código Civil.....	1056
15.3.10.4.	A renúncia aos alimentos no Projeto de Lei n. 6.960/2002.....	1056
15.3.10.5.	A irrenunciabilidade alimentar.....	1057
15.3.10.6.	O indevido retrocesso.....	1059
15.3.10.7.	A compensação como nova forma de acordo alimentar.....	1060
15.3.10.8.	A renúncia alimentar à luz do atual Código Civil.....	1061
15.3.11.	Impenhorabilidade.....	1062
15.4.	Obrigação alimentar de tios, sobrinhos, primos e parentes afins.....	1064
15.4.1.	Os alimentos na família reconstituída.....	1068

15.5.	Obrigação alimentar entre ascendentes e descendentes.....	1072
15.6.	Os alimentos na guarda e na tutela do ECA.....	1074
15.7.	Os alimentos do nascituro.....	1075
15.7.1.	Dos alimentos gravídicos.....	1076
15.8.	Os alimentos dos relativamente incapazes.....	1078
15.9.	A representa�o pelo Ministério Público nos alimentos.....	1079
15.10.	O constrangimento da a�o ou da execu�o alimentar.....	1084
15.10.1.	O abuso do direito.....	1090
15.10.2.	Falta de alimentos como violência doméstica.....	1091
15.10.3.	Reembolso de alimentos e gestão de negócios.....	1092
15.11.	Alimentos e presta�o de contas.....	1094
15.11.1.	Presta�o de contas nos alimentos compensatórios.....	1102
15.12.	Alimentos com a maioridade civil.....	1106
15.12.1.	Maioridade civil e exercício abusivo do direito de alimentos.....	1112
15.13.	Dever de sustento e obriga�o.....	1114
15.14.	Formas alternativas de eficácia do pagamento dos alimentos.....	1116
15.14.1.	O protesto dos alimentos.....	1117
15.14.2.	A constitui�o de capital.....	1118
15.14.3.	<i>Astreintes</i>	1122
15.14.4.	O abandono material e a pris�o descont�nua.....	1123
15.14.5.	Perda do poder familiar.....	1124
15.14.6.	Medidas executivas atípicas.....	1125
15.15.	Dos alimentos entre parentes.....	1129
15.15.1.	Alimentos na guarda compartilhada.....	1130
15.16.	Dos alimentos dos avós.....	1131
15.17.	Da transmiss�o heredit�ria do dever alimentar.....	1135
15.17.1.	Adiantamento da legítima.....	1137
15.18.	Dos alimentos dos cônjuges.....	1140
15.19.	Alimentos dos conviventes.....	1143
15.20.	Igualdade e independência econ�mica.....	1145
15.21.	Dos alimentos na homoafetividade.....	1149
15.22.	Rubrica alimentar.....	1151
15.22.1.	Alimenta�o.....	1151
15.22.2.	Habita�o.....	1151
15.22.3.	Educa�o.....	1152
15.22.4.	Saúde.....	1154
15.22.5.	Vestuário.....	1154
15.22.6.	Lazer.....	1155
15.23.	Base de incidência dos alimentos.....	1155
15.24.	Pensão intuitu familiae e intuitu personae.....	1162
15.24.1.	Alimentos em espécie ou in natura.....	1163
15.25.	Dos alimentos transit�rios.....	1166
15.25.1.	A dura�o dos alimentos transit�rios.....	1168
15.26.	Alimentos compensatórios ou compensa�o econ�mica.....	1170
15.26.1.	A pensão alimentícia e a compensa�o econ�mica.....	1174
15.26.2.	Alimentos compensatórios e compensa�o econ�mica.....	1178
15.26.3.	Outras diferenças entre obriga�o de alimentos e compensa�o econ�mica.....	1181
15.26.4.	Responsabilidade objetiva no Direito de Família.....	1183
15.26.5.	A dura�o da compensa�o econ�mica.....	1186

15.27.	A restituição dos alimentos	1187
15.27.1.	O abuso do direito nos alimentos	1189
15.27.2.	Do abuso do direito nas relações de família.....	1191
15.27.3.	Uma solução argentina para a fraude alimentar.....	1192
15.28.	Da renúncia e da exoneração dos alimentos.....	1192
15.29.	Perda do crédito alimentar por novo relacionamento.....	1197
15.29.1.	Conduta irregular da ex-mulher.....	1200
15.29.2.	Comportamento indigno	1201
15.30.	A desconsideração da personalidade física e jurídica nos alimentos	1206
15.30.1.	Sua incidência processual	1208
15.30.2.	A desconsideração ativa	1209
15.30.3.	A desconsideração ativa inversa e a quebra do sigilo fiscal, contábil e bancário	1211
15.31.	A oferta de alimentos.....	1215
15.32.	A majoração e redução dos alimentos, a Súmula STJ 621 e sua atualização automática.....	1216
15.33.	Cessação da obrigação de prestar alimentos	1220
15.34.	A execução de alimentos	1222
15.34.1.	Do cumprimento da sentenç�a	1222
15.34.2.	Aplicação de multa.....	1224
15.34.3.	A defesa no cumprimento da sentenç�a	1225
15.34.4.	Sentenç�a para ser cumprida	1225
15.34.5.	Do cumprimento da sentenç�a nos alimentos	1226
15.34.6.	Do procedimento expropriatório.....	1227
15.35.	Da execução internacional dos alimentos.....	1227
15.36.	A intributabilidade da pensão alimentícia	1229
15.36.1.	A participação da mulher nas atividades econ�micas.....	1230
15.36.2.	A coabitação.....	1231
15.36.3.	Alimentos entre cônjuges.....	1232
15.36.4.	A função social da família.....	1233
15.36.5.	A necessidade de uma política de proteção familiar	1235
15.36.6.	O mínimo existencial	1236
15.36.7.	Renda e proventos	1238
15.36.8.	A tributação familiar	1238
15.36.8.1.	A condição de dependente	1240
15.36.9.	A capacidade colaborativa.....	1241
15.36.10.	O imposto de renda sobre a pensão alimentícia	1241
15.36.11.	A ausência de acréscimo patrimonial.....	1242
15.36.12.	A pensão alimentícia como encargo de família	1244
15.36.13.	Os alimentos e seu caráter indenizatório	1246

Capítulo 16 – Do Bem de Família 1251

16.1.	Bem de família.....	1251
16.2.	Conceito de bem de família.....	1252
16.3.	O advento da Lei n. 8.009/1990.....	1253
16.4.	O bem de família do Código Civil	1255
16.4.1.	Objeto do bem de família voluntário.....	1258
16.4.2.	Valor do bem de família voluntário.....	1258
16.4.3.	Procedimento de constituição e efeitos.....	1259
16.4.4.	Das isenções.....	1260

16.5.	Extinção do bem de família.....	1261
Capítulo 17 – Da União Estável.....		1263
17.1.	Antecedentes históricos.....	1263
17.2.	A Constituição Federal de 1988.....	1265
17.3.	A Lei n. 8.971/1994.....	1268
17.4.	A Lei n. 9.278/1996.....	1269
17.5.	O projeto de Lei n. 2.686/1996.....	1270
17.6.	Origem e definição.....	1270
17.7.	A expansão das uniões livres.....	1271
17.7.1.	Motivos econômicos.....	1272
17.7.2.	Motivos sociais.....	1273
17.7.3.	Motivos legais.....	1273
17.7.4.	Motivos ideológicos.....	1274
17.7.5.	Motivos raciais e religiosos.....	1274
17.7.6.	Outras causas de disseminação da união estável.....	1274
17.8.	Pressupostos de configuração da união estável.....	1274
17.8.1.	Diversidade de sexos.....	1275
17.8.1.1.	União homoafetiva.....	1275
17.8.2.	Coabitação.....	1286
17.8.3.	Prazo para constituição.....	1288
17.8.4.	Existência de precedente casamento.....	1289
17.8.5.	Convivência pública.....	1299
17.8.6.	Continuidade.....	1301
17.8.7.	Com objetivo de constituir família.....	1302
17.8.8.	Inexistência de impedimento matrimonial.....	1305
17.9.	Conceito de união estável.....	1306
17.10.	Direitos e deveres dos conviventes.....	1308
17.10.1.	Lealdade.....	1310
17.10.2.	Respeito.....	1311
17.10.3.	Assistência.....	1312
17.10.4.	Dever imaterial.....	1315
17.10.5.	Guarda, sustento e educação dos filhos.....	1315
17.10.6.	A coabitação como dever natural.....	1316
17.10.7.	O nome na união estável.....	1317
17.11.	Contrato de convivência.....	1320
17.11.1.	A retroatividade restritiva do contrato de convivência.....	1323
17.11.2.	A mudança do regime de bens na conversão em casamento.....	1324
17.11.3.	Regime de bens.....	1332
17.11.4.	Conversão em casamento.....	1337
17.11.5.	Usufruto e direito real de habitação.....	1339
17.11.6.	Contrato de namoro.....	1341
17.12.	Concubinato e relações paralelas.....	1344
17.12.1.	O olhar discordante.....	1346
17.12.2.	O concubinato e a monogamia.....	1350
17.12.3.	Do concubinato de boa-fé.....	1356
17.12.4.	O concubinato e a doação.....	1357
17.12.5.	O concubinato e a deixa testamentária.....	1358
17.12.6.	O concubinato e a previdência social.....	1359
17.13.	Dissolução da união estável.....	1361

Capítulo 18 – Tutela	1363
18.1. Conceito	1363
18.2. Menores submetidos à tutela	1366
18.3. A tutela no Direito Romano	1367
18.4. A tutela no Estatuto da Criança e do Adolescente	1367
18.5. Modalidades de tutela	1367
18.6. Tutela testamentária	1369
18.7. Tutela legítima	1370
18.8. Tutela dativa	1371
18.9. Tutela funcional	1373
18.10. Exclusividade da tutela	1373
18.11. Incapazes de exercer a tutela	1373
18.11.1. Idoneidade	1374
18.12. Designação do convivente como tutor	1377
18.13. Escusa dos tutores	1377
18.13.1. Mulheres casadas	1378
18.13.2. Maiores de sessenta anos	1378
18.13.3. Aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos	1379
18.13.4. Enfermidade	1380
18.13.5. Habitação distante	1380
18.13.6. Os que já exercerem tutela ou curatela	1380
18.13.7. Militares em serviço	1380
18.13.8. Aos que não forem parentes do menor	1381
18.14. Prazo de escusa e decisão judicial	1381
18.15. Do exercício da tutela	1382
18.15.1. Do exercício da tutela quanto à pessoa do tutelado	1382
18.15.2. Do exercício da tutela quanto ao patrimônio do tutelado	1383
18.15.3. A administração dos bens e a tutela conjunta	1385
18.16. Atribuições do tutor	1387
18.16.1. Atos de competência do tutor sujeitos à prévia autorização judicial	1388
18.17. Vedações ao tutor	1389
18.18. Garantia da tutela	1389
18.19. O protutor	1390
18.20. Responsabilidade do juiz	1391
18.21. Remuneração do tutor	1392
18.22. Responsabilidade do tutor	1392
18.23. Bens do tutelado	1393
18.24. Prestação de contas	1394
18.25. Cessação da tutela	1396
18.26. Das funções do tutor	1396
Capítulo 19 – Da Curatela	1397
19.1. Da curatela	1397
19.2. Conceito	1399
19.3. Pessoas sujeitas à curatela	1401
19.4. Curatela do nascituro	1404
19.5. Velhice	1407
19.6. Curatela no Direito Romano	1409
19.7. Enfermidade ou deficiência mental	1410
19.7.1. Intervalos lúcidos	1410

19.8. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.....	1411
19.9. Deficientes mentais	1412
19.10. Ébrios habituais.....	1413
19.11. Os viciados em tóxicos.....	1413
19.12. Os pródigos.....	1414
19.13. Autocuratela.....	1416
19.14. Ação de interdição	1417
19.15. Das disposições comuns à tutela e à curatela	1421
19.16. Pessoas habilitadas ao exercício da curatela.....	1422
19.17. Curatela Conjunta.....	1425
19.18. Efeitos jurídicos da sentença de interdição.....	1426
19.19. Levantamento da interdição.....	1428
19.20. Cessação da curatela.....	1429
19.21. Da tomada de decisão apoiada.....	1429
Bibliografia	1433
Índice Alfabético-Remissivo	1473